

PRESENÇA DO NEGRO NA CULTURA ILHEENSE¹

Ruy do Carmo Póvoas

Data de 1534 a carta de doação da Capitania de São Jorge dos Ilhéus pelo rei D. João III a Jorge de Figueiredo Corrêa. Conforme afirma Teresinha Marcis em seu livro *Viagem ao Engenho de Santana*, “Jorge de Figueiredo, apesar de muito rico, buscou associar-se a outras pessoas influentes para investir na produção de açúcar”.² Por isso mesmo, ele doou sesmarias a alguns fidalgos portugueses, entre os quais Mem de Sá, futuro Governador Geral do Brasil. Na sua sesmaria, Mem de Sá fundou o Engenho de Santana, às margens do rio de mesmo nome. O engenho, para produzir, estabeleceu o regime de escravatura. Estava fadado, assim, o destino da cultura que haveria de se desenvolver na capitania.

Da convivência diuturna entre negros e brancos, uma série de conseqüências culturais se desenvolveu ao longo do tempo. Se, do ponto de vista antropológico, CULTURA é o conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, cabe, de saída, perguntar: em que medida se pode detectar as marcas de africanidade nos códigos e padrões que regulam a ação do ilheense, ao longo de sua formação? Quais são essas marcas?

O estudo e a análise desses códigos e padrões, ao longo do tempo, têm revelado inúmeros problemas de abordagem. Só para considerar o século XX, é importante lembrar que a construção do conhecimento tem passado por diferentes e oponentes marcos norteadores. No começo do século, o fator psicológico comandava a produção científica: foi o tempo de Freud. Depois, veio a época de atribuir-se tudo ao social. Em seguida, ao cultural. E nos tempos atuais, há uma tendência acentuada para se compreender o humano através da Genética. Prometem-se milagres por esse caminho. Tudo o mais vai tentando acompanhar o ziguezague veloz da construção do conhecimento da Genética. O prolongamento da existência, a eterna juventude, a determinação do tipo de filho a ser gerado, a eliminação dos males do corpo, tudo, enfim,

¹ Palestra proferida em 16 de novembro de 2005, na Fundação Cultural de Ilhéus – FUNDACI, na programação das “Quartas Culturais”, comemorando o “Dia da Cultura e o Dia Nacional da Consciência Negra”.

² MARCIS, Teresinha. **Viagem ao Engenho de Santana**. Ilhéus, BA: Editus, 2000. p 18.

compõe o rol de esperanças para superar todos os limites. Enquanto isso, as relações humanas caem na vala comum, o outro é visto como inimigo, o diferente é considerado uma ameaça e é necessário adaptar tudo e todos a códigos e padrões universais, globais. E o que se diz, o que se come, o que se faz, o que se usa passam a ter um padrão único que deve ser adquirido a qualquer preço.

Devem-se aos geneticistas, no entanto, avanços espetaculares na construção do conhecimento. E para o tema aqui abordado, vale lembrar que vem dos estudos genéticos um dos pilares para uma nova concepção: não existem as raças branca, negra, vermelha ou amarela. Existe, sim, a raça humana com sua diversidade. Esse novo conceito pôs uma pá de cal em cima de muitas teses, escritos e autores que, no passado, foram considerados luminares.

Não se deve desconhecer, também, que existe um bom número de cientistas, artistas, religiosos e mesmo cidadãos comuns que lutam incansavelmente pela preservação de valores dignificantes nas relações humanas. E por aí passa o reconhecimento da construção de códigos e padrões oriundos do *Imaginário* das mais diferentes sociedades e que norteiam o desenvolvimento da cultura, seja ela local, regional ou nacional. Assim, é possível também reconhecer os traços identitários que compõem a cultura.

No caso específico do ilheense, ele vem de uma construção patriarcal, escravocrata, mercantilista, de formação cristã e católica. Seus ancestrais ibéricos, de pele branca, olhos e cabelos castanhos, há muito tempo tinham desenvolvido a certeza de que a branca era uma raça privilegiada: Deus era branco, seu filho era branco, o papa era branco, o rei era branco, o rico era branco e a brancura era do reino dos céus. Enquanto isso, o Demônio era negro, se vestia de preto, usava capa preta e tudo que era feio, ruim, mau era preto, negro. Por isso mesmo, era necessário salvar os negros, dar-lhes o batismo a ferro e fogo, para eliminar o poder que o “Maligno” exercia sobre eles. O branco sempre atribuiu origem divina à sua ancestralidade: veio do barro, criado à imagem e semelhança do próprio Criador. Acontece que, a certa altura da criação, o plano falhou, pois a criatura se tornou rebelde e teve de ser expulsa da presença do Divino. Então, foi elaborado um plano de redenção e o Criador enviou seu próprio filho unigênito para pôr em prática o plano da

salvação. Funcionou, mas o Filho teve de pagar por isso, com o preço de sua própria vida. Até aqui, verdade das verdades, construída pelo imaginário do branco.

Chegou, no entanto, uma época em que o mundo ficou pequeno e os brancos precisaram adentrar-se por mares desconhecidos até então. Outros povos foram sendo descobertos, com outras cores de pele, outros imaginários. Estava armada a arena em que uma luta desigual haveria de se desenrolar pelos séculos seguintes. E chegamos até Ilhéus, com brancos, negros e índios degustando novas iguarias descobertas, fazendo amores nunca dantes sonhados, mas entrechocando-se nos códigos e padrões que seus diferentes ancestrais desenvolveram, na construção milenar de seus imaginários.

Tais povos, brancos, negros e índios, se misturaram e se reproduziram, mas era levada em conta apenas a suposta supremacia cultural do branco com seus códigos e padrões. Concretizou-se a legendária arapuca da esquizofrenia. Se foi inevitável o nascimento de indivíduos resultantes do cruzamento entre esses povos, também foram inevitáveis o embate e a interpenetração de códigos e padrões, sendo que o branco considerava legítimos apenas os seus valores.

Do ponto de vista da convivência entre brancos e negros em Ilhéus, ao longo da história, repete-se a maioria dos fenômenos sociais que ocorreram em todo o território nacional. Primeiro, o negro na condição de escravo. Depois, o negro foi expulso da senzala, por força de lei e entregue ao seu próprio destino, porque agora ele era perfeitamente dispensável. Despossuído, negado, rejeitado e desapropriado de seu próprio saber, coube ao negro os papéis mais pesados, irrisórios e considerados depreciativos pela sociedade mais ampla: na cidade, o serviço doméstico; no campo, o trabalho pesado na lavoura e no garimpo.

De repente, descobre-se que a quantidade deles era imensa. Eles não tinham parado de reproduzir-se. De outra sorte, outra face se revelava agora: o número de indivíduos mestiços. Caboclos, pardos, sararás, cafuzos, mulatos, morenos de todas as nuances compunham a maioria da população. Não dava mais para ignorar a situação. Então, melhor seria conceder-lhes certa visibilidade. Foi o tempo do reconhecimento através do folclore. A música, o canto, a dança, a culinária, a vestimenta, a fala, os costumes, as práticas

religiosas, tudo passou ao campo dos estudos e da apreciação folclórica. E sabe-se, muito bem, que, quando se almeja destruir os códigos e padrões oriundos das crenças de um povo, basta reduzi-los à simples dimensão folclórica.

Por um tempo, até pareceu que a receita funcionava. Os livros falavam disso, as escolas ensinavam isso, a sociedade como um todo apreciava isso, os estrangeiros vinham de longe, para ver isso de perto. Era bonito: uma Ilhéus branca, toda enfeitada de marcas folclóricas negras: os afoxés, as rodas de capoeira, os terreiros de candomblé, as baianas do acarajé, as rodas de samba, o samba de roda, a feijoada, o caruru de São Cosme e São Damião. Ilhéus era a “Princesinha do Sul”. Negros e mestiços suavam nas fazendas de cacau ou entocavam-se nos esconsos da periferia da cidade, enquanto os brancos compreendiam seus códigos e padrões como elementos folclóricos e, baseados neles, montavam espetáculos bonitos de serem vistos.

Outra vez, porém, fenômenos outros contribuíram para se perceber que não é bem por aí. Se o número de negros e mestiços crescia denotadamente, por outro lado, a crise do desemprego, da falta de moradia, da falta da escola, a violência urbana, tudo isso, que já se constituía um quadro nacional, foi agravado por demais, na sociedade ilheense, por causa da falência da lavoura do cacau. Sai de cena a poderosa figura do coronel do cacau, apaga-se a imagem do seu filho rico e surge o neto pobre, que se iguala aos pobres de todas as camadas, principalmente às dos grupos afro-descendentes.

Se do ponto de vista sócio-econômico, os fatos aconteceram assim, de outra sorte, é necessário trazer à tona o que permaneceu intacto. Vale dizer, no entanto, que os estudos culturais, de uma maneira geral, centralizam-se no comportamento. Se isso possibilita detectar certas verdades, também negligencia outras. É o caso do código e do padrão nos quais o negro se baseia para as suas relações consigo mesmo, com o outro, com o universo e com a vida. Na África, desenvolveram-se culturas cuja análise revela a interpretação do universo e da vida através do mito. E é, justamente, através do ritual que o mito é atualizado. Daí, a importância que os espaços denominados terreiros de candomblé assumem para a resistência do negro, no Brasil, na Bahia e em Ilhéus. Se de um lado, o branco se estremeu socialmente, de outro, foi principalmente no espaço do terreiro onde o afro-

descendente encontrou possibilidade de revivenciar seus mitos, de desenvolver ritos que lhe oportunizassem a atualização do mito, como exercício de resistência.

Independentemente do sucesso ou do fracasso da cultura da cana-de-açúcar, da mandioca, ou do cacau, da predominância das interpretações através do psicológico, do social, do cultural ou do genético, as comunidades de terreiro mantiveram um *modus vivendi* baseado na concepção mítica do mundo, da vida e da morte, que se patenteia através de toda a rede de suas relações. O primeiro a dar-se conta disso foi Roger Bastide em *Candomblés da Bahia: rito nagô*, sua tese de doutoramento pela Sorbone. É dele a constatação:

[...] no caso do candomblé, é a tradição mítica que fornece ao mesmo tempo os quadros dos mecanismos de pensamento, das operações do comportamento humano e, finalmente das trocas sociais, enquanto em nossa sociedade é preciso inverter a ordem dos elementos, passar das trocas sociais para o comportamento, deste para os mecanismos das operações lógicas, e finalmente para as ideologias.³

Esse modelo, que se estrutura a partir de uma concepção mítica do mundo, vai entrar em sintonia com as teses de Jung. É ele quem nos fala sobre os Arquétipos, imagens primordiais, que “são as formas mais antigas e universais da imaginação humana. São simultaneamente sentimento e pensamento.”⁴ Aqui, se entende a grande diferença entre os imaginários do branco e do negro. O branco construiu uma cultura que se estriba no racional, enquanto o povo negro se fundamenta no sentimento, interpretando o mundo através do simbólico.

Os quadris largos que possibilitam às mulheres negras as facilidades do parto, dispensando a figura do médico; a abundância do leite materno; o culto à imagem da Grande-Mãe que aleita seus filhos até que eles não queiram mais;

³ BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p 265-266.

⁴ JUNG, Carl Gustav. **Psicologia do inconsciente**. 4. ed. Trad. M. L. Appy. Petrópolis: Vozes. 1985. p. 58.

a resistência física desenvolvida de geração em geração, no trabalho pesado, tudo isso fez da mulher negra a matriz que garantiu a sobrevivência da espécie, apesar de todo o seu sofrimento no cativeiro e nas fases subseqüentes a ele.

Para o afro-descendente, o dom da vida deve ser celebrado. Principalmente por isso, também em seus rituais, os momentos de seu contato com o divino são marcados pela festa que é, antes de tudo, simbólica. Pelo mesmo fato, o negro come, bebe e dança para celebrar a vida. Não é sem motivo que, no Brasil, a maioria das festas de largo tem suas raízes na cultura afro-descendente. Ele não se compreende como um expulso do paraíso e tem facilidade para ritualizar o contato com o divino. Aliás, esse contato é uma prática cotidiana, seja na roda da dança do candomblé, no samba, nas oferendas com as quais ele constantemente *agrada* ao seu próprio Arquétipo. O contato com o divino ocorre pela construção simbólica, através das imagens arquetípicas tão conhecidas, a exemplo de orixás, voduns, caboclos, pretos velhos, guias ou encantados.

Suas práticas de cura e tratamento englobam principalmente elementos da flora, acompanhados de rezas e orações ritualizadas. Acredita firmemente em elementos contrários aos níveis de energia que o compõem para além do conceito de alergia, pois aquilo que lhe faz mal é entendido como algo incompatível com seu Arquétipo, vem de sua essência e isso não precisa ser explicado. Ele sente a Natureza como um templo, do qual ele faz parte, em que o Divino se presentifica. E quando o saber oficial destacou o conceito de meio-ambiente como alvo das preocupações centrais, já estava com séculos de atraso em relação à compreensão que têm os terreiros e outros grupamentos afro-descendentes sobre tal questão.

Sua identidade é construída através de extratos constituídos de seus ancestrais, de seus encantados e de seu próprio destino, no qual ele pode interferir simbolicamente, na celebração de práticas rituais, em contato com o divino ao qual ele se considera intimamente ligado. Isso o faz participante de uma trama que envolve seres humanos, ancestrais, encantados e elementos da Natureza, todos juntos, na construção eterna de seu próprio mundo pessoal e das relações coletivas. Evidentemente, aqui se reporta a uma interpretação

baseada no fazer e no viver de afro-descendentes que constituem o chamado povo de santo. Por isso o terreiro se constitui espaço de resistência.

Também é necessário que se levem em conta estudos realizados por pesquisadores que trilharam outros caminhos teóricos. A exemplo disso, vale lembrar Kabengele Munanga. No seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*⁵, ele analisa o modelo racista universalista da elite dominante brasileira e advoga a convivência pautada em valores pluriétnicos como saída para o embate em nossa sociedade de brancos *versus* negros.

No que pese a existência de toda uma trama de ojerizas e preconceitos, injustiças sociais e negação da realidade, vale afirmar que a alma do brasileiro, baiano e ilheense é transbordante de sentimento. Mesmo querendo ainda continuar sendo filho da Ibéria, há muito tempo ele adotou também as imagens arquetípicas da Mãe África e a tomou como sua outra mãe, embora, na maioria das vezes, não tenha consciência disso e até mesmo reaja a isso de um modo profundamente preconceituoso. Essa atitude faz com que ele construa uma cultura *esquizofrênica*, resultante do entrelaço provocado entre desejo e ideologia, no qual ele é, mas não assume o que é na realidade. É também por isso que muitos negros e mestiços, na ânsia de se parecerem brancos, rejeitam sua ancestralidade, sua cor da pele e copiam o branco, mesmo que a cópia seja mal feita, caricata ou imitação burlesca.

É importante entender que, para o afro-descendente, a Grande-Mãe domina a água, o fogo, o ar e a terra, entrincheirada dentro dele mesmo, ensinando-lhe o exercício da resistência, seja ela revestida com essa ou aquela imagem arquetípica. Por isso, o negro NÃO é um mero agente influenciador, ou contribuinte na construção da cultura. Ele é, sim, antes de tudo, partícipe, embora muitos negros ainda não tenham assumido tal valor. E quem não assume o que é seu permanece no lugar onde o outro quer que ele fique. Isso, no entanto, não se consegue apenas com resistência. É necessário também consciência e organização.

A respeito das questões sobre o negro, em Ilhéus, tanto quanto em todo o interior baiano, vive-se sob a égide da capital, Salvador, que atribuiu a si mesma o *status* de vitrine, na qual muitos negros organizaram-se, politizaram-

⁵ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

se e adentraram a academia. Porque por lá a história teve componentes diferenciadores, a capital sempre se estremou. A realidade do interior da Bahia, porém, é muito diferente. Aqui, não há terreiros fundados por princesas que vieram de Ketu e Oyó. Não há intercâmbio com a África. Não há o desenvolvimento pleno de uma consciência de que ser negro é motivo de honradez, resistência, sabedoria e poder. Aqui, até o presente momento, uma maioria ainda crê que é preciso esconder a ancestralidade para ser tolerado por uma elite que teima em não admitir que outras concepções para se interpretar o universo e a vida são tão válidas quanto as suas. Claro que as exceções estão bem claras e evidentes, principalmente entre as pessoas que participam de movimentos sociais organizados. Por outra sorte, a escola superior vem deixando de investir em certas linhas de trabalho voltadas para o regional. Também por isso, o negro carece de visibilidade. E, no caso específico de Ilhéus, ainda persiste um aprisionamento a códigos e padrões da cultura do cacau, que já se foi para sempre e que, no entanto, ainda se pensa em sua permanência. Daí, a importância, entre outros sítios, do Engenho de Santana. Ele foi o útero sócio-econômico, a matriz primordial que gestou o Imaginário do ilheense.

É verdade que tem sido negado ao negro o acesso aos bens e produtos de uma região que ele mesmo constrói, junto com outros componentes do povo ilheense. Também é verdade que, de vez em quando, abrem-se frestas a custa de muito sofrimento. Por exemplo, nos tempos de agora, não se fala em outra coisa: reparação das injustiças seculares, visibilidade, políticas de inclusão. A última ordem é abrir as portas da Universidade ao afro-descendente, através do sistema de cotas. Se essas políticas vingarem, ele adentrará o espaço da *madrasta* que resiste em aceitar sentimento e emoção como antenas para ler e interpretar o universo e a vida, reconhecer o mito como leitura do mundo e o ritual como atualização do mito. Certamente, ainda há muito a que resistir. Tal resistência, no entanto, produzirá efeitos desejáveis se, tanto quanto os demais componentes do povo ilheense, o afro-descendente continuar preservando e sustentando códigos e padrões que permitam um profundo respeito a si mesmo e à maneira de ser do outro. Caso contrário, todos cairão na vala comum da globalização, à revelia da sua crença, do seu conhecimento e da sua cor.